

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

CLAUDINARA DA SILVA ELIAS SOUZA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E AS SUAS
CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO DAS JUVENTUDES**

Águas Lindas de Goiás - GO
2025

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC – Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Claudinara da Silva Elias Souza

Matrícula: 20221140050188

Título do Trabalho: **Educação Ambiental crítica e as suas contribuições à educação das juventudes**

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- I. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- II. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- III. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Águas Lindas de Goiás, 24/07/2025.

Claudinara da Silva Elias Souza

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

CLAUDINARA DA SILVA ELIAS SOUZA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E AS SUAS
CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO DAS JUVENTUDES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Licenciada do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Águas Lindas, desenvolvido na linha de pesquisa Corpo, Juventudes e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Oliveira Lima

Águas Lindas de Goiás - GO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Souza, Claudinara da Silva Elias.	
S729e	Educação Ambiental crítica e as suas contribuições à educação das juventudes [manuscrito] / Claudinara da Silva Elias Souza. – 2025. 57 f.
Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Águas Lindas de Goiás.	
Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Oliveira Lima.	
1. Educação Ambiental Crítica. 2. Educação das Juventudes. 3. Questões Socioambientais. I. Lima, Marco Antônio Oliveira. II. Título.	
CDD: 372.357	

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Myriam Martins Lima – CRB-1: 3582, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Águas Lindas de Goiás.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ÁGUAS LINDAS

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDINARA DA SILVA ELIAS SOUZA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO DAS
JUVENTUDES

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Águas Lindas de Goiás como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Oliveira Lima.

Aprovado em 24 de julho de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Prof. Dr. Marco Antônio Oliveira Lima

Orientador

(assinado eletronicamente)

Prof. Ms. Dirceu Luiz Hermann

Docente do Departamento de Áreas Acadêmicas

(assinado eletronicamente)

Profa. Dra. Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano

Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Goiás - Câmpus Águas Lindas de Goiás

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marco Antonio Oliveira Lima**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/11/2025 15:10:55.
- **Dirceu Luiz Hermann**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 30/07/2025 00:16:37.
- **Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano**, TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, em 29/07/2025 19:41:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 674475

Código de Autenticação: 2f6ac0a12c



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Rua 21, Área Especial 4, S/N, Jardim Querência, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS / GO, CEP 72910-733
(61) 3799-7633 (ramal: 7633)

Dedico este trabalho a Deus, por ter me concedido força, sabedoria e fé em cada etapa desta jornada, à minha família, meu alicerce e maior apoio. E aqueles que caminharam comigo com amor, paciência e palavras de encorajamento.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus, juntamente a intercessão de Nossa Senhora, por iluminar meus caminhos, me fortalecer nos momentos mais desafiadores e por nunca me deixar desistir, mesmo diante das incertezas e do cansaço, sem sua presença constante, esta conquista não teria sido possível.

À minha filha Maria Fernanda, minha inspiração diária, que com seu sorriso e amor puro me ensinou a ter coragem, paciência e resiliência. É por ela e para ela que sigo sonhando e realizando.

Ao meu esposo Giovane, meu companheiro de vida, que esteve ao meu lado com amor, incentivo e compreensão. Sua presença firme e constante foi essencial para que eu superasse os obstáculos desta caminhada.

Aos meus pais, Claudenir e Francisco, que me ensinaram o valor do esforço, da honestidade e da perseverança. A vocês, todo meu carinho e reconhecimento por tudo que sou e conquistei.

Aos meus irmãos Claudenia, Claudiene, Cladeilton (*in memoriam*), Cladeilson e Bruna, que sempre me apoiaram com gestos de afeto, palavras de encorajamento e uma presença acolhedora em todas as fases da minha vida.

Registro minha gratidão ao Dr. Marco Antônio, meu orientador, pela escuta atenta, pelas orientações criteriosas e pelo comprometimento durante o desenvolvimento deste trabalho. Sua colaboração foi essencial para que este projeto se concretizasse com seriedade e profundidade. Agradeço, especialmente, pela paciência diante das minhas inseguranças, pela generosidade ao compartilhar seus conhecimentos e pela dedicação em cada etapa desta jornada acadêmica. Sua orientação não apenas contribuiu para a construção deste trabalho, mas também deixou marcas significativas na minha formação enquanto estudante e futura profissional.

Estendo meus agradecimentos aos amigos e familiares, Dona Maria, Valdir (*in memoriam*), Dona Ana, Givaldo, Anderson, Ana Paula, Ithilla, Elisângela, Karol, Laissa, Karina, Rose, Marília, Marcos, Guilherme, Debóra, Janine, e a todos que de forma direta ou indiretamente, contribuíram com meu crescimento pessoal e acadêmico, oferecendo apoio, trocas de saberes e incentivo nos momentos certos.

Agradeço com muito carinho, aos meus amigos de sala, Daphene e Josirene, que tornaram essa caminhada mais leve, significativa e cheia de aprendizado compartilhado, por

cada conversa, incentivo, risada e apoio nos momentos difíceis. A parceria e a amizade de vocês foram fundamentais para que eu continuasse firme, mesmo nos dias mais desafiadores. Levo comigo não apenas lembranças, mas também a certeza de que laços verdadeiros se constroem no companheirismo e na troca diária.

Por fim, com muito respeito e reconhecimento, expresso minha gratidão a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada ao longo do curso. Cada um, com seu jeito único de ensinar, contribuiu intensamente para a construção do meu saber, oferecendo muito mais do que conteúdos acadêmicos: ofereceram exemplos de ética, dedicação e humanidade. As aulas, os diálogos, as orientações e até mesmo as exigências fizeram diferença em minha formação, ajudando-me a crescer como estudante e como pessoa. Carrego comigo não só o aprendizado técnico, mas também os valores e reflexões que influenciarão minha prática profissional.

A todos que caminharam comigo, meu sincero e eterno agradecimento.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Paulo Freire.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO DAS JUVENTUDES

CLAUDINARA DA SILVA ELIAS SOUZA

claudinarabiologa@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Oliveira Lima

E-mail do orientador: marco.antonio@ifg.edu.br

Resumo

A educação ambiental crítica surgiu enquanto uma abordagem capaz de refletir sobre a tensa relação entre os seres humanos, e a realidade socioambiental em que estão inseridos. Nessa perspectiva, a presente pesquisa analisou como a educação ambiental crítica pode contribuir na educação escolar das juventudes, promovendo reflexões que abordem a complexa relação entre os indivíduos e o meio ambiente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, que identificou as discussões acadêmicas em artigos que versaram sobre a educação ambiental crítica, relacionando-a à formação socioambiental dos jovens. Ao final, o trabalho aponta para a importância de se discutir pedagogicamente sobre a educação ambiental crítica no contexto escolar, tendo em vista a formação crítica, e também consciente, das juventudes no que tange às questões socioambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Educação das Juventudes; Pesquisa Bibliográfica; Formação Crítica; Questões Socioambientais.

Abstract

Critical environmental education emerged as an approach capable of reflecting on the tense relationship between human beings and the socio-environmental reality in which they are embedded. From this perspective, the present research analyzed how critical environmental education can contribute to the school education of young people, promoting reflections that address the complex relationship between individuals and the environment. To this end, a bibliographic research study on the topic was conducted, identifying academic discussions in articles that addressed critical environmental education and its connection to the socio-environmental formation of young people. In the end, the study highlights the importance of pedagogically discussing critical environmental education in the school context, with the aim of fostering critical and conscious development among young people regarding socio-environmental issues.

Keywords: Critical Environmental Education; Education of Young People; Bibliographic Research; Critical Education; Socio-environmental Issues.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	16
2.1 O que é a educação ambiental e qual a sua importância na formação escolar.....	16
2.2 Políticas de Estado e a educação ambiental	19
3 REPENSANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DA CRÍTICA.....	23
3.1 O que é a educação ambiental crítica	23
3.2 Contribuições para a educação ambiental por um viés crítico	27
4 O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA EDUCAÇÃO DAS JUVENTUDES	31
4.1 Análise dos artigos acadêmicos	31
4.2 Reflexões pedagógicas para a educação das juventudes a partir da educação ambiental crítica	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vivencia-se uma intensificação da crise socioambiental, expressa em múltiplas problemáticas como a redução da biodiversidade e as alterações climáticas. Tais questões refletem desafios significativos para a humanidade e evidenciam relações marcadas por conflitos e práticas exploratórias entre os seres humanos, enquanto sujeitos sociais, e o meio ambiente ao qual pertencem.

A sociedade atual, orientada pela economia de mercado, negligencia a complexidade ambiental dos sistemas naturais. Em tal cenário, a educação ambiental, especificamente a educação ambiental crítica, surge enquanto vertente que se propõem a refletir a respeito do meio ambiente em conexão com as contradições que se desdobram das relações que envolvem os indivíduos, a sociedade e os recursos naturais.

Para Guimarães (2004, p. 25) a educação ambiental crítica faz-se necessária devido a seguinte questão:

[...] por compreender ser necessário diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental. Isso porque acredito que vem se consolidando perante a sociedade uma perspectiva de educação ambiental que reflete uma compreensão e uma postura educacional e de mundo, subsidiada por um referencial paradigmático e compromissos ideológicos, que se manifestam hegemonicamente na constituição da sociedade atual.

Em acordo com Guimarães (2004), identifica-se que a educação ambiental crítica questiona as estruturas sociais, econômicas e políticas do mundo, cujos objetivos se ampliam para a possibilidade de uma futura transformação da realidade através de uma abordagem pedagógica com vistas a formar sujeitos capazes de reflexão, consciência e engajamento socioambiental.

É por isso que, a partir de Guimarães (2004), compreende-se que a proposta da educação ambiental crítica se diferencia de outras abordagens em que o foco se concentra apenas na transmissão de informações, ou em mudanças de comportamento individual. Já a educação ambiental crítica procura promover uma reflexão dos elementos sociais, políticos e econômicos que criam os problemas ambientais.

Destaca-se também que a educação ambiental crítica se ampara em princípios de emancipação humana, questionando as desigualdades sociais, o consumo desenfreado dos indivíduos e não descarta a correlação existente entre a sociedade e a natureza. Tal proposta

educativa conscientiza e ainda propõem estimular os sujeitos para empenharem-se em prol da defesa do meio ambiente.

É nesse contexto que Guimarães (2004, p. 32) fala das contribuições da educação ambiental para a sociedade. Assim:

[...] a Educação Ambiental Crítica se propõe a desvelar a realidade, para, inserindo o processo educativo nela, contribuir na transformação da sociedade atual, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política. Portanto, na educação formal, certamente esse processo educativo não se basta dentro dos muros de uma escola, o que explicita a interface entre esta Educação Ambiental e a Educação Popular.

Em diálogo com Guimarães (2004), e considerando a crescente crise ambiental pela qual a humanidade tem atravessado, acredita-se que dentre os desafios da educação escolar para o presente e também para o futuro seja formar jovens estudantes críticos e conscientes da sua tarefa no tocante a preservação do planeta e dos seus recursos naturais.

Destarte, a educação é capaz de contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades, contudo é preciso compreender que sobre ela pairam vertentes teóricas distintas que segundo Saviani (2008) ancoram-se em paradigmas críticos e não críticos que procuram explicar tanto a marginalidade quanto a desigualdade social de maneiras diferentes. E ainda, cada vertente teórica resulta em diferentes interpretações e atribuições destinadas à educação.

Frente a Saviani (2008) fica compreendido criticamente que não é possível pensar a educação desvinculada da realidade social marcada por contradições às quais geram desigualdades sociais e marginalidades, fato que constitui classes diferentes onde uma está no poder e a outra recebe influências desse poder econômico constituído.

É nesse cenário que se constitui a educação brasileira, fato que torna impossível a sua desconsideração no processo de ensino e de aprendizagem que ocorre em sala de aula. Logo, identifica-se que essas estruturas sociais se materializam também na escola e na sala de aula (Saviani, 2008).

Nessa perspectiva faz-se necessário recorrer a Freire (1967), uma vez que em diálogo com esse autor entende-se que é preciso refletir criticamente sobre a educação incluindo quando a mesma se nega a problematizar as estruturas sociais no contexto onde ela se constitui.

Freire (1967) estabelece uma crítica à chamada educação tradicional por ser verbalista, desvinculada da realidade e incapaz de promover a democratização da escola e a emancipação

popular. Ante ao exposto, ele propõe que a educação seja transformadora, fomentando a participação dos estudantes, a criticidade e a contextualização com os problemas da realidade.

Quase sempre, ao se criticar esse gosto da palavra ôca, da verbosidade, em nossa educação, se diz dela que seu pecado é ser “teórica”. Identifica-se assim, absurdamente, teoria com verbalismo. De teoria, na verdade, precisamos nós. De teoria que implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente. Neste sentido é que teorizar é contemplar. Não no sentido distorcido que lhe damos, de oposição à realidade. De abstração. Nossa educação não é teórica porque lhe falta esse gosto da comprovação, da invenção, da pesquisa. Ela é verbosa. Palavresca. É “sonora”. É “assistencializadora”. Não comunica. Faz comunicados, coisas diferentes (Freire, 1967, p. 93-94; grifos no original).

Consoante as contradições existentes na educação brasileira no que tange às desigualdades sociais presentes na mesma, e que podem ser identificadas tanto nas críticas elaborados por Freire (1967) quanto por Saviani (2008), vale mencionar que o mesmo se dá com a educação ambiental.

Segundo Lima (2009) no início da inserção das discussões da educação ambiental no Brasil, a mesma ocorreu a partir de um viés predominantemente conservacionista. Tal fato constituiu atuações pedagógicas com esse campo destituídas de crítica social. Essa abordagem foi criticada por educadores e por pesquisadores que defendiam a educação ambiental crítica, voltada às reflexões de cunho social e político.

Mediante a isso, Lima (2009) propõe analisar as críticas e os debates dessas correntes acerca da educação ambiental, considerando a existência de uma disputa pela hegemonia desse campo.

Sob esse olhar, é preciso chamar a atenção para o fato de que a Constituição Federal diz que a educação ambiental se apresenta enquanto um saber, que se constitui em um direito, que deverá ser tratado na educação, em todos os níveis escolares. Assim, visa-se formar cidadãos conscientes, críticos e engajados tendo em vista à preservação ambiental (Brasil, 1988).

Há no país outras políticas públicas, voltadas à questão ambiental que irão legislar sobre a relação entre a educação escolar e a educação ambiental. Dentre elas tem-se o parecer CNE/CP nº 14/2012, aprovado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2012). Tal decisão diz respeito à incorporação da educação ambiental, tida enquanto um tema transversal, nos currículos escolares e essa ação atende não somente às demandas legais, mas também da população. Dessa forma, pode-se ver que:

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global (Brasil, 2012, p. 1).

A partir do que foi dito, a respeito da educação e da educação ambiental, na presente proposta de pesquisa acredita-se que se faz necessário uma educação escolar que não desconsidere as contradições sociais no processo de ensino e de aprendizagem e que um dos elementos que tangenciam essa proposta passa pelas questões ambientais, sobretudo na disciplina de Biologia em suas intervenções pedagógicas e estratégias didáticas na educação dos jovens.

Em diálogo com Freire (1967), Saviani (2008) e Lima (2009) entende-se que um trabalho educacional crítico que problematize as questões ambientais não poderá assumir uma visão politicamente neutra. É nesse sentido que refletir sobre o meio ambiente considerando as contradições sociais do presente só poderá ocorrer de forma relevante tendo em vista a educação dos jovens na disciplina de Biologia por meio da educação ambiental crítica (Guimarães, 2004).

Essa atuação educacional engajada com temas ambientais, a partir de um viés crítico, também pode ser denominada de ecopedagogia uma vez que enfatiza a importância da sustentabilidade e da alfabetização ecológica. A ecopedagogia, de acordo com Schwengber e Dickmann (2020), procura promover o equilíbrio e a sustentabilidade entre os indivíduos e o mundo natural.

Frente a esse desafio que se coloca diante da escola, da educação e da disciplina de Biologia na educação dos jovens é que a presente pesquisa se justificou. E para tanto, por meio do problema se investigou como a educação ambiental crítica pode contribuir na educação escolar das juventudes tendo em vista constituir reflexões capazes de problematizar a complexa relação entre os indivíduos e o meio ambiente na atualidade?

Assim, no decorrer do trabalho analisou-se como a educação ambiental crítica contribuiu na educação das juventudes, constituindo reflexões a respeito da relação entre os indivíduos e o meio ambiente. Além de se ter realizado pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos; ter-se examinado as discussões presentes nos artigos acadêmicos, especificamente a respeito da educação ambiental crítica, na educação das juventudes; e por fim refletiu-se sobre a necessidade da formação escolar das juventudes, por meio de um viés socioambiental crítico.

O estudo proposto, cujo objeto foi a educação ambiental crítica e as juventudes, se configurou em uma pesquisa teórica de tipo qualitativa, em que as análises dos dados foram realizadas a partir da perspectiva qualiquantitativa (Gomes, 2004). Ressalta-se ainda que por intermédio do *Google Acadêmico*, a pesquisa bibliográfica, (Lakatos; Marconi, 2003), pôde ser realizada.

Então, em um primeiro momento identificou-se artigos a respeito da educação ambiental crítica, com o objetivo de compreender o seu conceito, e para tanto, fez-se uso de uma expressão de busca que foi: O que é educação ambiental crítica? Já em um segundo momento, o foco foram os artigos que discutiram sobre a educação ambiental crítica na educação das juventudes. Sendo assim, as palavras-chave foram: educação ambiental crítica, educação, juventudes.

2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente vive-se uma crise socioambiental cada vez mais intensa, evidenciada por diversos problemas como a poluição do ar e da água, a degradação dos solos, a diminuição da biodiversidade e as alterações climáticas. Esses fenômenos representam não apenas desafios concretos para a humanidade, mas também refletem relações desiguais e exploratórias entre os seres humanos e o meio ambiente.

De acordo com Lima (2015) as preocupações com o meio ambiente começaram a ser debatidas de forma mais organizada a partir da década de 1970, por meio de conferências e encontros que tinham como objetivo definir conceitos, princípios e metas para lidar com essas questões. A partir daí, a educação ambiental foi sendo estruturada e passou a fazer parte dos currículos escolares, com a proposta de ser trabalhada de forma integrada, envolvendo as diferentes disciplinas curriculares e abordagens pedagógicas.

Ainda segundo Lima (2015) no Brasil, esse processo teve um início mais lento. Durante o regime militar a educação ambiental não obteve grande visibilidade e foi apenas na década de 1980 que suas discussões começaram a se intensificar, impulsionadas pelo surgimento de pesquisas acadêmicas em cursos como o de Ecologia e pela maior presença do tema na sociedade em geral.

Destaca-se que as políticas de Estado destinadas a educação ambiental no Brasil surgiram como uma resposta institucional à crescente crise socioambiental (Brasil, 1999). E nessa perspectiva, a educação ambiental passou a ser reconhecida como uma espécie de estratégia essencial para promover a conscientização e a participação cidadã, na busca por soluções sustentáveis.

As políticas ambientais de Estado, tais como a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), que considera que a educação ambiental é um importante tema a ser estudado em todos os níveis de ensino, é capaz de incentivar a interdisciplinaridade nas escolas, com vistas a formar indivíduos críticos e que contribuam com a preservação dos recursos naturais.

2.1 O que é a educação ambiental e qual a sua importância na formação escolar

A educação ambiental faz parte de um processo pedagógico que além da transmissão de conhecimentos sobre o meio ambiente, procura buscar uma reflexão crítica sobre as relações humanas com o espaço natural e social comum onde os indivíduos habitam. Assim, propõe desenvolver uma espécie de consciência ecológica que estimule o cuidado com o meio ambiente, tendo em vista formar pessoas responsáveis por suas ações no planeta.

Para hooks (2021) o aprendizado vai além das escolas, pois o que foi ensinado na sala de aula precisa fazer sentido para a vida. Destarte, o bom ensino não é apenas a transmissão de conteúdos formais, mas o contínuo processo de conhecer, de sentir e de perceber a comunidade mais ampla a que se integra, rica de significados para a vida.

Essa comunidade vai muito além do nosso relacionamento cara a cara uns com os outros, como seres humanos. Na educação, principalmente, essa comunidade nos conecta com as [...] “coisas boas” do mundo, e com a “graça das coisas boas”. [...] Estamos em comunidade com todas essas coisas boas, e o bom ensino está relacionado a conhecer essa comunidade, sentir essa comunidade, perceber essa comunidade, e então conduzir seus estudantes a entrar nela (hooks, 2021, p. 28; grifos no original).

Nesse contexto, o entendimento do ensino proposto por hooks (2021) dialoga profundamente com os princípios de uma educação que se preocupa com as questões e as temáticas acerca da educação ambiental. Ao valorizar as vivências pessoais, os pertencimentos e as conexões dos indivíduos com o mundo, a sua proposta aproxima-se da perspectiva da ecopedagogia, que também defende uma educação comprometida com valores éticos e ambientais.

Para entender a educação ambiental, é importante também compreender o conceito de ecopedagogia, termo este que se relaciona ao surgimento das primeiras reflexões a respeito da educação ambiental, ao qual segundo Gadotti (2001), é uma proposta educacional ligada à educação ambiental. Então, mais do que mudar ideias, busca-se reeducar o olhar para a preservação do mundo. Destarte, para Gadotti (2001, p. 92)

A ecopedagogia como movimento social e político surge no seio da Sociedade Civil, nas organizações, tanto de educadores quanto de ecologistas e de trabalhadores e empresários, preocupados com o meio ambiente. A Sociedade Civil vem assumindo a sua cota de responsabilidade diante da degradação do meio ambiente, percebendo que apenas através de uma ação integrada é que essa degradação pode ser combatida.

Logo, na perspectiva de Gadotti (2001), quando se fala em ecopedagogia está se referindo à possibilidade de aprender a identificar os diferentes problemas ambientais de forma sensível e com responsabilidade, o que requer uma mudança de hábitos e de atitudes tais como reduzir a poluição ambiental, agir crítica e conscientemente em relação ao meio ambiente, etc.

Nesse sentido, a partir de Gadotti (2001), a ecopedagogia não deve apenas chamar à atenção para a preservação ambiental, mas aliado a isso deverá também conscientizar os

sujeitos de que é necessário optar por formas de desenvolvimento sustentável, promover justiça social, inclusão econômica de todas as pessoas, igualdades de gênero e étnico-raciais bem como o respeito e o cumprimento dos direitos de todos os indivíduos.

Nesse sentido, tal como asseverado por Carvalho (2004) faz-se preciso questionar o próprio entendimento do que vem a ser a educação ambiental. Segundo a autora

O próprio conceito de educação ambiental já é, ele mesmo, efeito de uma adjetivação. Trata-se do atributo “ambiental” aplicado ao substantivo “educação”. Poderíamos nos perguntar por que tantos adjetivos? O que significa o fato de haver uma tipologia tão variada quando se fala em educação ambiental? O que isto sinaliza sobre o tipo de produção teórico conceitual nesta área? Que projetos pedagógicos e concepções de mundo guarda cada um destes atributos? (Carvalho, 2004, p. 16; grifos no original).

Diante disso Carvalho (2004) constitui uma reflexão a respeito de como as diferentes perspectivas educacionais, sobretudo às de educação ambiental, são pensadas, são constituídas e são organizadas. Para tanto, ela adota a perspectiva que pode ser denominada de endereçamento, ou seja, ela usa esse termo para dizer que toda e qualquer proposta educacional possui um objetivo, destinado a um público específico.

Ou seja, para Carvalho (2004), ao falar-se em endereçamento, está-se ao mesmo tempo referindo-se ao próprio público-alvo do campo da educação, e ainda, como essa educação é pensada para este público. Isso inclui também, considerar os diferentes contextos sociais, culturais e políticos que influenciam diretamente na maneira pela qual a educação é pensada e ministrada. Portanto, diz Carvalho (2004, p. 16) que

A ideia de endereçamento provém dos estudos de cinema e já foi aplicada à educação por Ellsworth (2001). Este conceito pode ser útil para destacar como se constitui e a quem se dirige, se endereça, cada uma destas educações. Nesta ideia de endereçamento estão compreendidas a produção de cada uma destas educações ambientais como artefatos que são construídos dentro de uma dinâmica de forças sociais e culturais, poderes e contrapoderes, num círculo de interlocução, onde o destinatário também constitui o artefato que a ele é endereçado.

A partir dessa perspectiva, torna-se necessário refletir sobre a educação ambiental não apenas como um conteúdo escolar, mas como uma prática educativa que leva em conta o público para o qual ela é direcionada e em quais condições sociais, culturais e políticas. Essa compreensão é essencial para que as propostas pedagógicas façam sentido aos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Desse modo, integrar o conceito de endereçamento à prática da educação ambiental permite elaborar ações mais contextualizadas, que dialoguem com a realidade dos estudantes e contribuam efetivamente para sua formação crítica e ética.

Destarte, a educação ambiental é fundamental na formação escolar, pois a partir de um processo educacional que seja pedagogicamente relevante para os estudantes, considera-se que a mesma acompanhará esses sujeitos ao longo das diferentes fases das suas vidas, para além do contexto escolar. Assim, o ensino e a aprendizagem com a educação ambiental, precisa dar conta de constituir reflexões que problematizem as rápidas mudanças do sistema econômico vigente que atuam e interferem negativamente sobre o mundo no presente, contribuindo para que os estudantes entendam os principais problemas que os afligem na atualidade. Portanto, Dias (2004) *apud* Lima (2015, p. 40) considera que:

A educação ambiental, devidamente entendida, deveria constituir uma educação permanente, geral, que reaja às mudanças que se produzem em um mundo em rápida evolução. Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhes conhecimentos técnicos e qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

Isto posto, a educação ambiental é fundamental para promover reflexões sobre as condições que abrangem as atuais relações entre os sujeitos e o meio ambiente. Logo, o trabalho pedagógico na educação escolar com esta temática é capaz de constituir uma espécie de escuta e de olhares atentos, tendo em vista o resgate de formas de existências éticas e ambientalmente orientadas junto ao espaço comum, que é social e coletivo.

2.2 Políticas de Estado e a educação ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), conforme Brasil (s. d., online), definiu as diretrizes e os objetivos que orientaram a educação ambiental. Dentre as suas contribuições destacaram-se o fato de chamar à atenção para a necessidade da promoção da consciência ambiental, além de também incentivar as ações destinadas à preservação do meio ambiente, do uso consciente dos recursos naturais e da construção de uma sociedade que se responsabilize com os desafios ambientais e sociais do presente.

A PNEA estabelece princípios, diretrizes e objetivos para a Educação Ambiental no Brasil, promove conscientização e ações para a preservação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento de uma sociedade mais responsável e comprometida com questões socioambientais (Brasil, s. d., online).

Ela, a PNEA (Brasil, s. d., online), também poderá ser considerada uma diretriz fundamental para se pensar a respeito da educação básica no Brasil e nesse sentido seus apontamentos devem estar integrados a todos os níveis e modalidades de ensino, tanto na educação formal quanto em espaços não formais de educação. Destarte, Janke (2012) apresenta uma importante indicação a respeito da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental voltada especificamente à educação. Destaca a autora:

[...] podemos identificar que, o que se insere como componente novo no contexto educacional, a partir de uma vertente ecológica, é a questão da complementaridade do ambiente numa visão complexa, dando visibilidade aos problemas ambientais (socioambientais) como fundamento para a construção de uma educação de qualidade. Esse conceito complexo é inserido ao discurso ambiental e temos, então, uma educação objetivamente política, democrática, libertadora e transformadora, na perspectiva de um ambiente complexo. Podemos observar essa complexidade no texto ao observamos essa característica expressa tanto nos princípios, como nos objetivos da educação ambiental (Janke, 2012, p. 157).

Sendo assim, conforme falado por Janke (2012), a perspectiva citada constitui-se em uma nova possibilidade de compreender o meio ambiente não apenas por um olhar de natureza destituída e separada das ações, das intervenções e das interações humanas. Ou seja, de acordo com a autora é preciso considerar às questões sociais, culturais, econômicas e políticas que por intermédio humano também envolvem o meio ambiente. Assim, ela propõe uma visão mais ampla e complexa da natureza, destacando que à resolução dos problemas ambientais interferem positivamente na resolução dos problemas sociais que afligem a humanidade.

A partir dessa visão ambiental mais ampla é possível considerar que a educação ambiental deve ir além da informação, ou seja, é preciso que ela vise formar cidadãos críticos, participativos e capazes de transformar a realidade. Por isso, ela é considerada uma educação política, democrática, libertadora e transformadora. Pode-se perceber que essa abordagem é complexa tanto nos princípios quanto nos objetivos definidos pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999, online) para a educação ambiental quando diz o que se segue:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, online).

Assim sendo, conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999, online), o acesso aos conteúdos programáticos da educação ambiental constitui-se em um direito de

todos os cidadãos, e deve estar presente em toda a vida educacional dos sujeitos, tanto dentro quanto fora da escola, sendo a educação formal ou não formal. E ainda, faz-se necessário envolver todos os setores da sociedade, pois é essencial para a formação de indivíduos conscientes, críticos e responsáveis, capazes de promover a conservação do meio ambiente e a sustentabilidade, garantindo melhores condições de preservação dos recursos naturais para a existência da presente e da futura geração. “Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental” (Brasil, 1999, online).

Portanto, a educação ambiental no que se refere à educação escolar não deverá se restringir ao fato de ser unicamente uma disciplina curricular isolada, porém deverá estar integrada de forma interdisciplinar aos conteúdos de todas as disciplinas de maneira transversal e contínua, e em todos os níveis da educação básica.

Sob essa condição a educação ambiental se configura enquanto um tema transversal viável à formação dos estudantes. Isso pode ser constatado no Art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996, online)¹, após ser alterada pela Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024, online), quando diz o que se segue: “§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo temas transversais que componham os currículos de que trata o *caput* deste artigo” (Brasil, 1996, online).

Isto posto, a educação ambiental deverá, portanto, ser transversalmente integrada de forma contínua aos processos educacionais, promovendo a participação crítica e ativa dos estudantes, e de toda a comunidade escolar, junto à constituição de reflexões que resultem em atividades pedagógicas com o objetivo de conscientizar os sujeitos, rumo à preservação dos recursos naturais.

A partir do que prevê Brasil (1996, online), a respeito dos temas transversais, é possível considerar que a educação ambiental segundo essa tratativa, ao ser pedagogicamente desenvolvida como tema em sala de aula, poderá contribuir na constituição de atitudes de respeito para com o meio ambiente.

Então, constata-se por meio de Brasil (1996, online), Brasil (1999, online) e Brasil (2024, online) que a educação ambiental poderá se constituir em um processo educativo, portanto, pedagógico, que enquanto tema transversal na escola, visa ministrar aos indivíduos conteúdos de estudo que durante o ensino e a aprendizagem, tem dentre os seus objetivos

¹ Corresponde à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (Brasil, 1996, online).

desenvolver a consciência crítica dos estudantes com vistas a responsabilidade, a sustentabilidade e a preservação da vida no planeta vinculadas à causa ambiental.

3 REPENSANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DA CRÍTICA

A educação ambiental, em sua essência, é um campo de saber plural, carregado de múltiplos sentidos e possibilidades interpretativas. No entanto, diante dos desafios contemporâneos, destaca-se a necessidade de uma abordagem crítica, que vá além dos discursos tecnicistas, e que seja capaz de propor uma leitura e um entendimento críticos da realidade.

Para tanto, a educação ambiental de viés crítico se fundamenta na articulação entre os problemas ecológicos e as dimensões históricas, culturais e sociais que estruturam a vida coletiva. Essa abordagem questiona o modelo de produção hegemônico, desnaturaliza as desigualdades sociais e propõe a construção de uma consciência ecológica vinculada à justiça social, reconhecendo que os sujeitos são parte da natureza e que a transformação da atuação dos indivíduos sobre o meio ambiente passa, necessariamente, pela transformação das relações entre os seres humanos.

Assim, a educação ambiental crítica se faz necessária enquanto uma possível forma de abordar os temas ambientais, permitindo aos indivíduos analisarem e questionarem as causas que ocasionam as injustiças ambientais, entendendo que não é possível cuidar da natureza e transformar a própria realidade enquanto se naturalizam as desigualdades entre os sujeitos.

Portanto, é fundamental que uma prática educativa com o tema meio ambiente ao ser desenvolvida por meio da educação ambiental crítica esteja alicerçada em bases teóricas e metodológicas críticas, tornando-se coerentes com princípios de mudança da realidade. Nesse sentido, a escola assume um papel estratégico, promovendo uma educação que seja interdisciplinar, dialógica e transformadora, capaz de formar cidadãos comprometidos com a justiça para todos.

3.1 O que é a educação ambiental crítica

A educação ambiental é um campo de estudos marcado pela diversidade de significados que os seus conceitos podem vir a representar teoricamente. Tal condição é capaz de comunicar diferentes visões de mundo, permitindo que a educação ambiental possa ser compreendida por diferentes vertentes. E dentre elas a perspectiva da educação ambiental crítica.

Especificamente, a educação ambiental crítica se destaca por estabelecer reflexões que aglutinam o tema dos problemas ambientais e ecológicos às questões sociais mais amplas, que reconhecem que as relações entre os indivíduos e a natureza perpassam também pelas

questões históricas da cultura, da classe social, do gênero, das temáticas étnico-raciais, etc. Sob esse prisma, Loureiro (2007) diz o que se segue a respeito da educação ambiental crítica:

Todavia aqui cabe lembrar que se a educação ambiental crítica não comporta separações entre cultura-natureza, fazendo a crítica ao padrão de sociedade vigente, ao *modus operandis* da educação formal, à ciência e à filosofia dominante, ela deve ser efetivamente autocrítica (Loureiro, 2007, p. 67)

Assim, como destacou Loureiro (2007), a abordagem da educação ambiental crítica deve ter a capacidade teórica de se constituir enquanto um saber ambiental que visa a autocrítica do conceito. E isso se deve ao fato de que ao mesmo tempo em que essa perspectiva questiona os padrões estruturais dominantes da sociedade, ela também precisa ser capaz de evitar a sua própria queda em análises da realidade que sejam dogmáticas e acríticas. Destarte, a reflexão crítica torna-se de grande importância, enquanto um princípio teórico a se manter efetivo com vistas à constituição de possíveis propostas educacionais que visem a promoção da justiça socioambiental.

Mediante ao que foi dito, Freire (1987) contribui com a discussão ao mencionar que o indivíduo é um ser consciente e a sua consciência não está separada do mundo material. Logo, é a partir da materialidade do mundo que a consciência dos sujeitos se forma. Condição propícia à constituição de uma possível consciência histórica que seja crítica da própria realidade que a formou, e ainda, engajada na busca pela compreensão e transformação do mundo.

Todavia, Freire (1987) chama a atenção para o fato de que a mudança da realidade não se dá de forma imaginativa, mas sim por meio da ação engajada, do trabalho que se materializa historicamente sobre o mundo concreto. Então, os sujeitos atuam sobre a realidade à medida que interagem criativamente com ela e uns com os outros. Tal condição é fator decisivo junto à humanização de cada indivíduo.

A consciência e o mundo não se estruturam sincronicamente numa estática consciência do mundo: visão e espetáculo. Essa estrutura funcionaliza-se diacronicamente numa história. A consciência humana busca comensurar-se a si mesma num movimento que transgride, continuamente, todos os seus limites. Totalizando-se além de si mesma, nunca chega a totalizar-se inteiramente, pois sempre se transcende a si mesma. Não é a consciência vazia do mundo que se dinamiza, nem o mundo é simples projeção do movimento que a constitui como consciência humana. A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência, juntos, como consciência do mundo, constituem-se dialeticamente num mesmo movimento – numa mesma história. Em outros termos: objetivar o mundo é historicizá-lo, humanizá-lo. Então, o mundo da consciência não é criação, mas sim,

elaboração humana. Esse mundo não se constitui na contemplação, mas no trabalho (Freire, 1987, p. 9).

Na perspectiva humanizadora de Freire (1987), no que se refere à formação da consciência dos indivíduos junto à materialidade do mundo, é que esta pesquisa acredita que é preciso sensibilizar os estudantes para as diversas questões ambientais do tempo presente. Para tanto, vê-se na educação ambiental crítica a possibilidade de educar para além da simples transmissão de informações. Ou seja, a partir dessa abordagem busca-se desenvolver a consciência dos indivíduos de forma crítica, tendo em vista incentivar a reflexão a respeito dos determinantes sociais que provocam os problemas ambientais.

De acordo com Guimarães (2004) a educação ambiental crítica não se configura em uma espécie de aperfeiçoamento de modelos anteriores de educação ambiental, mas representa uma profunda mudança de abordagem. Ela busca entender as questões ambientais atreladas às contradições socioeconômicas do mundo material, marcadas por relações de poder, conflitos de classes, etc., condição cuja compreensão se faz necessária para a transformação do mundo.

[...] não vejo a Educação Ambiental Crítica como uma evolução conceitual ou desenvolvimento metodológico de algo que era anteriormente conservador. A percebo como uma contraposição que a partir de um outro referencial teórico, acredito subsidiar uma leitura de mundo mais complexa e instrumentalizada para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade como decorrente de um movimento dialético/dialógico, em que a interação de forças, seus conflitos e consensos, são estruturantes dessa realidade, debruçamo-nos sobre a relação, sobre o movimento de inter-retro-ação do todo e das partes, num processo de totalização. (Guimarães, 2004, p. 27).

Com isso, Guimarães (2004), ao invés de ler a realidade e os problemas ambientais desvinculados dos conflitos do mundo, ele os identifica enquanto processos pertencentes à dinâmica de elaboração desse mesmo mundo marcado historicamente por relações de poder e disputas de classes. Destarte, tal perspectiva busca despertar e formar sujeitos conscientes, e capazes de refletir criticamente e agir coletivamente para a tomada de decisões coletivas que possam contribuir para interromper a destruição do meio ambiente e assim transformar as relações entre o indivíduo, a sociedade e o meio ambiente. Portanto, Guimarães (2004, p. 29-30) enfatiza que

A Educação Ambiental Crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas

paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos.

Por meio de Guimarães (2004), fica evidente que a educação ambiental crítica é capaz de propor rupturas frente às abordagens da educação ambiental que são tradicionais e conservadoras, porque ao defender uma prática educacional que visa a transformação estrutural do mundo, necessária para impedir a destruição do meio ambiente, ela possibilita a constituição de diálogos capazes de tematizar os diferentes problemas que assolam o mundo, dentre eles os que se vinculam à causa ambiental, e ainda, promover a participação coletiva de todos os indivíduos envolvidos no ensino e na aprendizagem.

A concepção da educação ambiental crítica compreende que a formação dos cidadãos críticos e atuantes passa pela dinâmica de identificar os conflitos da estrutura social, porque eles se configuram enquanto elementos históricos de onde deverão surgir os temas a serem debatidos com vistas à futura transformação da realidade.

Por outro lado, conforme Lima (2004), a educação ambiental de viés conservador atuou junto aos interesses dominantes, seguindo um modelo tradicional e limitado de diagnosticar os problemas ambientais. Ressalta-se que a partir dessa abordagem os sujeitos não foram instigados a pensar e a questionar criticamente a realidade, limitando-se a aceitar e a repetir clichês pré-estabelecidos. Para Lima (2004) essa visão conservadora gerou uma espécie de acomodação, o que levou os indivíduos a acreditarem que era impossível promover mudanças estruturais na sociedade.

Uma segunda questão que constata na educação ambiental convencional – que vem sendo crescentemente equacionada – e que me motivou a problematizá-la, estava num conjunto de reducionismos que convertiam a vasta complexidade da questão ambiental à singularidade de uma de suas dimensões, como acontecia com as abordagens ecologicistas; abordagens tecnicistas; abordagens que destacavam os efeitos mais aparentes dos problemas ambientais e desprezavam suas causas mais profundas; abordagens individualistas e comportamentalistas e, finalmente, nas perspectivas que convergiam toda ênfase da prática educativa sobre os problemas relacionados ao consumo deixando de lado os problemas ligados à esfera da produção (Lima, 2004, p. 87).

Em conformidade com Lima (2004), vê-se que diante das limitações teóricas da educação ambiental de viés conservador, surgiu a necessidade de uma outra abordagem que identificasse a necessidade de profundas transformações nas estruturas socioeconômicas que historicamente orientou a atuação dos sujeitos sobre o mundo e sobre o meio ambiente. Foi

nesse contexto que surgiu a educação ambiental crítica, cuja compreensão das questões ambientais são fundamentais para romper com os limites teóricos impostos pelas abordagens conservadoras, que de forma reducionista dominaram por muito tempo o campo das discussões ambientais voltadas à educação.

Portanto, identifica-se que diferentemente das abordagens tradicionais e conservadoras, a abordagem da educação ambiental crítica se configura em uma leitura das questões ambientais cuja formação cidadã à qual pretende está amparada no despertar da reflexão crítica dos estudantes a partir da sensibilização dos mesmos para questionarem as estruturas sociais, econômicas e políticas que sustentam a degradação ambiental e as desigualdades sociais.

Logo, busca-se empoderar os sujeitos para que compreendam que a realidade é complexa, e que requer compreender que a crise ambiental do presente é o resultado de anos de produção e de consumo desenfreados, os quais precisam ser refreados e transformados. Assim, a importância da educação ambiental crítica está em sua capacidade de articular a teoria e à prática, para desenvolver uma consciência para além do senso comum e promover o engajamento coletivo dos indivíduos para promover a mudança. A partir desse ponto de vista, trata-se, portanto, de uma abordagem educacional que ao identificar as contradições, requer uma educação que aponte na direção da transformação social.

3.2 Contribuições para a educação ambiental por um viés crítico

A educação ambiental pensada de uma forma crítica, pode-se dizer, contribui com as reflexões dos estudantes por identificar que a origem dos problemas ambientais está relacionada aos males estruturais que a sociedade enfrenta. Desse modo, promove a compreensão de que não se pode cuidar do meio ambiente sem antes repensar a maneira como os indivíduos poderão ser capazes de analisar, questionar e intervir nas causas estruturais que constituem os problemas socioambientais.

Nesse sentido, Nogueira (2023), destaca que a educação ambiental deverá promover relações equilibradas não só com a natureza, mas também entre os próprios seres humanos, considerando os aspectos culturais, sociais e econômicos. Logo, não é possível cuidar do meio ambiente se houver a naturalização da exploração entre as pessoas, já que o ser humano também faz parte da natureza e depende dela para existir.

Nessa teia de relações socioambientais, a Educação Ambiental não pode ignorar as complexas interconexões existentes entre as diversas áreas do conhecimento. As

problemáticas ambientais e por sua vez a Educação Ambiental envolvem um entendimento da interdisciplinaridade por meio da totalidade a ser compreendida, considerando a processualidade entre áreas do conhecimento, o que possibilita compreender a realidade concreta (Nogueira, 2023, p.160).

Além disso, Nogueira (2023) também ressalta que o trabalho pedagógico com a educação ambiental deve ter uma abordagem interdisciplinar, pois os problemas ambientais são complexos e exigem uma compreensão integrada das diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista gerar um entendimento mais amplo que seja capaz de constituir mecanismos, e também ações conjuntas com o objetivo de transformar a realidade de forma efetiva.

E é sob este ponto de vista que se identificam as contribuições críticas para o tema da educação ambiental, onde é relevante compreender que a relação estabelecida entre os sujeitos e o meio ambiente não está dissociada das relações que se constituem entre os próprios indivíduos. Cuidar da natureza é uma ação que também envolve refletir sobre as desigualdades sociais, econômicas e culturais que estruturam a sociedade, e assim, constituir meios para superá-las. Portanto, qualquer transformação ambiental genuína exige também transformações nas formas como os sujeitos relacionam-se uns com os outros.

Diante disso é que Loureiro e Layrargues (2013) apresentam uma significativa reflexão a respeito da educação ambiental, sobretudo quando a abordagem no que se refere ao trabalho desenvolvido com a mesma, ocorre por uma vertente pedagógica de viés crítico. Veja-se:

A educação ambiental crítica, é aquela que em síntese busca pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e, em seu interior, da condição humana (Loureiro; Layrargues, 2013, p. 64).

Em acordo com Loureiro e Layrargues (2013), vê-se que é necessário que a educação ambiental se estruture para além dos discursos tecnicistas, e se consolide enquanto um processo educativo, dialógico, interdisciplinar e crítico. Para tanto, a escola, enquanto espaço formador de consciências, precisa incentivar o pensamento crítico, o questionamento das estruturas injustas e a busca por alternativas sustentáveis de vida. Unindo, desse modo, saberes dos campos das Ciências Naturais, das Ciências Humanas, das Ciências Exatas, etc.,

com o objetivo de formar sujeitos capazes de compreender que a crise ambiental do presente é complexa, o que exige ações conscientes, coletivas e transformadoras, em favor de um futuro que seja justo e equilibrado para todas as formas de vida.

Para Loureiro *et al.* (2009), é importante que fique claro, junto a prática pedagógica, o caráter crítico da educação ambiental, bem como as bases teóricas e também metodológicas que sustentam as ações educativas. Tal atitude se apresenta enquanto gesto didático de relevância junto as ações educacionais. Por isso, é essencial que as/os educadores compreendam os fundamentos políticos, teóricos e filosóficos das abordagens que utilizam, para que as suas práticas sejam críticas.

Consideremos, primeiramente, a importância de explicitar, na prática educativa ambiental, as abordagens teórico-metodológicas que fundamentam nossas ações para realizá-las mais consequentes e coerentes, o que significa compreender seus conteúdos filosófico-políticos e teórico-metodológicos. Assim, a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social (Loureiro *et al.*, 2009, p. 85-86).

Nesse contexto, a partir de Loureiro *et al.* (2009), identifica-se que a educação ambiental crítica, que busca a transformação e a emancipação, tem suas bases teóricas na pedagogia crítica, vertente educacional de caráter crítico, especialmente ligada à análise e a interpretação das estruturas que sustentam a realidade social. Em outras palavras, essa abordagem entende que para transformar a relação com o meio ambiente, é preciso também compreender e questionar as relações de poder, de dominação e das desigualdades sociais presentes na realidade.

Já Freire (1987) traz uma reflexão sobre a importância da educação crítica, onde o autor considera que esse modelo de educação possibilita aos indivíduos uma nova postura, que os permitam analisar o mundo de forma crítica, entendendo as causas das situações contraditórias que vivem. Assim, eles também se tornam capazes de adotar uma postura ativa e transformadora diante de tais situações.

Desta maneira, as dimensões significativas que, por sua vez, estão constituídas de partes em interação, ao serem analisadas, devem ser percebidas pelos indivíduos como dimensões da totalidade. Deste modo, a análise crítica de uma dimensão significativo-existencial possibilita aos indivíduos uma nova postura, também crítica, em face das “situações-limites”. A captação e a compreensão da realidade se refazem, ganhando um nível que até então não tinham. Os homens tendem a perceber que sua compreensão e que a “razão” da realidade não estão fora dela, como, por sua vez, ela não se encontra deles dicotomizada, como se fosse um mundo à parte, misterioso e estranho, que os esmagasse (Freire, 1987, p. 55; grifos no original).

De acordo com o pensamento freiriano, a prática educativa crítica aponta para a importância de auxiliar os indivíduos a perceberem as suas realidades culturais, sociais e ambientais como um todo, de forma integrada, e não apenas como fragmentos desconectados. Essa condição é fundamental para promover uma educação emancipadora, onde os estudantes deixam de ser meros observadores e passam a compreender as suas condições, as causas e as possibilidades de intervenção no mundo (Freire, 1987).

4 O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA EDUCAÇÃO DAS JUVENTUDES

O estado da arte, enquanto etapa essencial da pesquisa científica, cumpre a função de mapear e analisar criticamente o conhecimento já produzido, permitindo compreender o percurso teórico e metodológico construído até o momento. No caso da educação ambiental crítica esse levantamento revela um campo em consolidação, caracterizado por uma produção engajada com a transformação social.

A educação ambiental crítica por sua natureza política, emancipatória e transformadora, propondo, em contrapartida, ações pedagógicas que estimulem a autonomia, o protagonismo e a consciência crítica dos estudantes. Nesse cenário, torna-se essencial investigar como essa vertente da educação ambiental vem sendo incorporada nas práticas escolares e nos discursos científicos voltado às juventudes.

A juventude, enquanto grupo social em constante formação, tem se mostrado um público estratégico e fundamental no enfrentamento das questões ambientais. Sua participação em movimentos sociais, iniciativas escolares e projetos pedagógicos revela o potencial transformador que os jovens possuem quando são incentivados a refletir e agir criticamente sobre a realidade em que estão inseridos.

Assim, a articulação entre educação ambiental crítica e juventudes exige uma abordagem educacional que vá além da instrução técnica, valorizando o diálogo, a contextualização e o engajamento político. Essa articulação também reforça a necessidade de uma escola comprometida com a formação cidadã, que reconheça os jovens como sujeitos históricos capazes de promover mudanças sociais e ambientais.

4.1 Análise dos artigos acadêmicos

O estado da arte foi elaborado ao longo de 2024 e em 2025, a partir do levantamento de artigos em revistas científicas, por meio do Google Acadêmico, com foco temporal nos artigos publicados entre os anos de 2014 até 2025.

Destaca-se que o estado da arte foi realizado em dois momentos sendo que no primeiro o foco foi encontrar artigos que discutissem o conceito de educação ambiental crítica. Para tanto, com o objetivo de encontrar os artigos utilizou-se da seguinte expressão de busca: *O que é educação ambiental crítica?*

Já no segundo momento a prioridade da pesquisa bibliográfica voltou-se para localizar os artigos que discutissem a respeito da abordagem da educação ambiental crítica no ensino-

aprendizagem das juventudes. Para tanto, utilizou-se as seguintes palavras-chave: *educação ambiental crítica e juventudes*.

Destaca-se que os critérios de inclusão e de exclusão foram permeados pelas seguintes categorias: ser artigo publicado em revista, ter sido publicado entre os anos de 2014 à 2025, e discutir em seu conteúdo temas que articulassem o ensino da educação ambiental crítica para as juventudes.

Abaixo, no Quadro 1 e no Quadro 2, estão situados os artigos científicos identificados na presente pesquisa. E além disso, as análises dos artigos às quais o estado da arte possibilitou realizar. Para tanto, foi preciso extrair dos artigos um conjunto de informações a partir de cinco categorias de análise que foram: Autoria/Ano de Publicação, Título, Objetivo de Pesquisa, Revista Acadêmica, Instituição de Ensino Superior.

Quadro. 1 - Artigos Acadêmicos (Educação Ambiental Crítica)

Autoria/Ano de Publicação	Título	Objetivo de Pesquisa	Revista Acadêmica	Instituição de Ensino Superior
Santos e Toschi (2015)	Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica	Abordou a história da educação ambiental no intuito de compreender suas vertentes e analisou suas três macro-tendências principais, quais sejam: educação ambiental conservacionista, pragmática e crítica.	Fronteiras: <i>Journal of Social, Technological and Environmental Science</i>	Centro Universitário de Anápolis (UNIEVANGÉLICA)
Lima (2015)	Educação ambiental crítica: da concepção à prática	Indicou alternativas metodológicas para a implementação da Educação Ambiental Crítica.	REVISEA - Revista Sergipana de Educação Ambiental.	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Costa e Loureiro (2017)	A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica	Reiterou o pensamento de Paulo Freire como educador interdisciplinar, abordou a radicalidade política do conceito de libertação, indicou a relação constitutiva da interdisciplinaridade Freireana para a educação ambiental crítica.	Katálisis	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Martins e	Formação de	Estudou a formação	Ciências e	Universidade

Schnetzler (2018)	professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa	continuada de professores educadores ambientais.	Educação	Estadual Paulista (UNESP)
Lopes e Abílio (2021)	Educação ambiental crítica: (re)pensar a formação inicial de professores/as	Refletiu sobre a Educação Ambiental crítica, repensando os pressupostos e as abordagens que são solícitas na formação inicial de professores/as, tendo como teleologia desse processo a emancipação humana.	Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Lima, Torres e Rebouças (2022)	A educação ambiental crítica brasileira frente às crises contemporâneas: desafios e potencialidades	Refletiu sobre os principais desafios colocados à EA crítica e as potencialidades que ela dispõe para produzir respostas e ações capazes de superar ou mitigar as ameaças e os riscos da degradação socioambiental.	Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Nogueira (2023)	Contribuições para a educação ambiental crítica	Apresentou contribuições para a Educação Ambiental crítica, no sentido de promover mudanças nas relações entre os seres humanos e a natureza.	Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Fonte: Souza (2024)

O artigo Santos e Toschi (2015), *Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica*, abordou a história da educação ambiental no intuito de compreender suas vertentes, e ainda, analisou suas três macro-tendências principais, quais sejam: a educação ambiental conservacionista, a pragmática e a crítica. O artigo foi publicado em *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, revista vinculada ao Centro Universitário de Anápolis (UNIEVANGÉLICA).

Dentre as discussões realizadas por Santos e Toschi (2015), identificou-se que os autores realizaram uma reflexão a respeito da educação ambiental crítica enquanto vertente que se opõem às perspectivas conservacionistas e tradicionais, defendendo uma abordagem crítica, transformadora e emancipatória.

A abordagem crítica defendida por Santos e Toschi (2015) fundamenta-se em ideais democráticos e na educação popular, buscando não apenas a conservação do meio ambiente, mas a problematização das questões socioambientais em suas raízes, incluindo os aspectos sociais, políticos e econômicos que contribuem para gerar problemas ambientais. Segundo as autoras a educação ambiental crítica deve atuar na transformação da sociedade, promovendo reflexões sobre as bases do sistema econômico vigente, incentivando a criação de uma nova sociedade que rejeite o capitalismo, causa maior dos problemas socioambientais.

Quando a EA não é trabalhada no enfoque crítico, se aproxima do senso-comum, pois não há preocupação com as origens da crise ambiental, apenas com o modo de resolvê-la, se tornando um instrumento de reprodução dos padrões da sociedade atual, auxiliando-o a mantê-lo inalterado (Santos; Toschi, 2015, p. 248).

Considera-se, portanto, que a abordagem proposta por Santos e Toschi (2015) evidencia a urgência de uma educação ambiental que vá além da superficialidade das práticas conservacionistas, assumindo um papel crítico e ativo na desconstrução das estruturas sociais que sustentam a crise ambiental.

O artigo de Lima (2015), *Educação ambiental crítica: da concepção à prática*, indicou alternativas metodológicas para a implementação da Educação Ambiental Crítica. Este artigo foi publicado na REVISEA – Revista Sergipana de Educação Ambiental, revista associada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lima (2015) considera que a educação ambiental crítica deve promover a transformação sociocultural, questionando os modelos tradicionais e tecnicistas desenvolvidos nas escolas. A autora acredita que tal prática educativa precisa envolver um trabalho participativo, estimulando a criticidade e refletindo a respeito das questões socioambientais, além de promover a responsabilidade individual e coletiva.

De acordo Lima (2015), a educação ambiental crítica deverá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de atuar na realidade de maneira emancipatória, rompendo com a visão fragmentada e reduzida da questão ambiental. E ainda, implementar práticas pedagógicas que fomentem a reflexão e o diálogo entorno dos problemas ambientais.

Paralelamente, a EA crítica objetiva promover atividades que envolvam realidade e problemas socioambientais, num processo de transformação entre educador e educando com rompimento da educação tecnicista, pautada no modelo cartesiano de ensino. Para tanto, é preciso participação social e exercício da cidadania, pois o indivíduo através da práxis social aprimora o que aprendeu e recria habilidades, através de diferentes saberes (Lima, 2015, p. 36).

Dessa forma, a perspectiva de Lima (2015), reforça a importância de uma educação ambiental crítica comprometida com a transformação da realidade, por meio de uma prática pedagógica dialógica e emancipatória. Então, ao romper com o modelo tecnicista e fragmentado, tal abordagem propõe a construção de saberes contextualizados, que permitam aos estudantes desenvolverem a própria consciência e atuarem criticamente na sociedade.

O artigo de Costa e Loureiro (2017), *A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica*, reiterou o pensamento de Paulo Freire como educador interdisciplinar, abordou a radicalidade política do conceito de libertação, indicou a relação constitutiva da interdisciplinaridade Freireana para a educação ambiental crítica. Este artigo foi publicado em *Katálisis*, revista vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Assim, Costa e Loureiro (2017) apresentam a educação ambiental crítica alinhada à pedagogia freireana, que enfatiza o diálogo e que inclui a participação social e a crítica ao capitalismo objetivando promover ações emancipadoras e transformadoras, de maneira a abordar a educação ambiental crítica como proposta que analisa a realidade socioambiental de forma profundamente contextualizada.

Segundo Costa e Loureiro (2017), essa abordagem promove ações educativas que questionam os condicionantes socioambientais, com ênfase na autonomia e na liberdade dos sujeitos diante das relações de expropriação, de opressão e de dominação no capitalismo. Além disso, defendem que a educação ambiental crítica busque a transformação radical da sociedade, para superar a destruição ambiental e a situação de vulnerabilidade social em que os indivíduos se encontram. Destarte, a “[...] pedagogia freireana tem seu ponto de partida radical para não cair em históricas traições do processo de libertação que acabam em posturas reformistas e que não transformam a lógica de dominação” (Costa; Loureiro 2017, p. 219).

Com isso, Costa e Loureiro (2017) defendem que a pedagogia freireana está comprometida com a libertação, dando origem a uma educação que não somente informa os conteúdos, mas permite aos indivíduos identificarem e questionarem os problemas socioambientais, e com isso, atuarem na transformação da realidade.

O artigo de Martins e Schnetzler (2018), *Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa*, estudou a formação continuada de professores educadores ambientais. Tal artigo foi publicado por Ciências e Educação, revista vinculada à Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Martins e Schnetzler (2018) interpretam a educação ambiental crítica enquanto abordagem educacional que visa promover a emancipação, a justiça social e a transformação das condições socioambientais. E assim, indo além das propostas conservadoras e instrumentais. Ressaltam também que a educação ambiental crítica luta por relações conscientes, participativas e transformadoras com o meio ambiente, vinculando as questões ambientais com os aspectos culturais, sociais e políticos.

Além disso, Martins e Schnetzler (2018) acreditam que a formação de professores pelo viés da educação ambiental crítica deverá capacitá-los a práticas educativas que questionem as relações de poder, envolvendo os estudantes junto a reflexão e a ação sobre as questões socioambientais, visando à mudança efetiva na sociedade.

Na perspectiva de construção de uma sociedade que busca a igualdade de direitos entre seus membros, faz-se necessária uma EA que assuma um caráter crítico diante dos problemas ambientais e sociais, ou seja, faz-se necessária uma EA que seja crítica às desigualdades sociais e aos desequilíbrios nas relações entre sociedade e natureza; que aborde os problemas ambientais como decorrentes dos conflitos entre interesses privados e coletivos, permeados e mediados por relações de poder; que se volte para a construção de uma cidadania ativa, cujo exercício forneça aos educandos e educadores instrumentos para a compreensão de realidades complexas (Martins; Schnetzler, 2018, p. 584).

Portanto, Martins e Schnetzler (2018) defendem que a formação de professoras/es deverá torná-las/os capazes de desenvolver práticas que promovam a emancipação dos sujeitos, questionem as desigualdades e incentivem a transformação social. Dessa forma, a educação ambiental crítica apresenta-se enquanto caminho para formar cidadãos ativos, comprometidos com a justiça socioambiental, capazes de compreender e de intervir no mundo contemporâneo.

O artigo de Lopes e Abílio (2021), *Educação ambiental crítica: (re)pensar a formação inicial de professores/as*, refletiu sobre a educação ambiental crítica, repensando os pressupostos e as abordagens que são solícitas na formação inicial de professores/as, tendo como teleologia desse processo a emancipação humana. O mesmo foi publicado pela Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA), revista que faz parte da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Assim, Lopes e Abílio (2021) apresentam a educação ambiental crítica como abordagem política, ética e emancipadora, que busca promover mudanças nas relações entre a sociedade e a natureza, combatendo as desigualdades socioambientais. Destacam que tal proposta não se restringe aos saberes técnicos superficiais, porém procura compreender a complexidade dos problemas ambientais de forma interdisciplinar, integrando os aspectos culturais, sociais e políticos desse processo.

Além disso, Lopes e Abílio (2021) enfatizam que a educação ambiental crítica deve promover a conscientização e a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir de forma emancipada e responsável no mundo, reconhecendo que as questões ambientais e sociais estão interligadas. Isto posto, a educação ambiental crítica é vista como perspectiva cujo enfoque direciona-se para a transformação socioambiental, e não apenas um ato conservacionista, e de informações técnicas.

Nesse sentido, repensar como a Educação Ambiental se apresenta em todos os níveis e modalidades de ensino e, em especial, na capacitação inicial de professores/as que promoverão formação humana, enseja refletir sobre quais referenciais teóricos ela vem se pautando. Pensar em como é executada nas práticas educativas e de que modo pode ser trabalhada entre os componentes curriculares de forma que não recaia em mais diálogos superficiais, reducionistas e isolados (Lopes; Abílio, 2021, p. 55).

Nesse sentido, Lopes e Abilio (2021) chamam a atenção para a necessidade de refletir a respeito de quais são os ideais e as teorias que tem sustentado as propostas de educação ambiental. E ainda, ressalta-se que também é preciso pensar como a educação ambiental tem sido tratada nas práticas de sala de aula, fato que considera ainda a possibilidade da interdisciplinaridade do tema com as demais disciplinas curriculares. Portanto, busca-se evitar que a educação ambiental se torne um discurso superficial, incapaz de promover um impacto real.

O artigo de Lima, Torres e Rebouças (2022), *A educação ambiental crítica brasileira frente às crises contemporâneas: desafios e potencialidades*, refletiu sobre os principais desafios colocados à EA crítica e as potencialidades que ela dispõe para produzir respostas e ações capazes de superar ou mitigar as ameaças e os riscos da degradação socioambiental. O artigo foi publicado pela Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA), revista vinculada à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Lima, Torres e Rebouças (2022) consideram que a educação ambiental crítica é uma abordagem fundamental ao enfrentamento às crises socioambientais. Para tanto, a abordagem

é entendida enquanto um movimento capaz de profundas reflexões acerca das causas e das consequências dos problemas ambientais, que passam por dimensões éticas e políticas.

Esse contexto de polícrises convoca e provoca a Educação Ambiental (EA) a contribuir com respostas capazes de ampliar a compreensão crítica da realidade e de mitigar as causas e os efeitos da degradação socioambiental sistêmica em suas múltiplas implicações (Lima; Torre; Rebouças, 2022, p. 119).

Com isso, Lima, Torres e Rebouças (2022) consideram a educação ambiental crítica enquanto uma abordagem capaz de construir práticas educacionais que promovam a autonomia e a participação social, permitindo aos alunos relacionar os problemas cotidianos com as questões globais, e à crise climática. Portanto, a educação ambiental crítica é entendida como uma abordagem de resistência, que visa promover mudanças socioambientais, fundamentando-se na responsabilidade e na justiça coletivas.

O último artigo do Quadro 1, elaborado por Nogueira (2023), *Contribuições para a educação ambiental crítica*, apresentou contribuições para a Educação Ambiental crítica, no sentido de promover mudanças nas relações entre os seres humanos e a natureza. Foi publicado na Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVB EA), revista pertencente a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Para Nogueira (2023) a educação ambiental crítica é uma abordagem de caráter político e emancipatório. O autor considera o trabalho humano enquanto ação que orienta a existência dos indivíduos, além de influenciar as interações entre o meio ambiente e os diferentes sujeitos.

Nogueira (2023) ainda enfatiza que a educação ambiental crítica estimula análises críticas a respeito das contradições do mundo, vinculadas à produção e ao consumo. Para o autor, tais categorias são responsáveis por colocar em risco a existência dos recursos naturais do planeta. Portanto, segundo Nogueira (2023) a educação ambiental crítica deverá promover a reflexão teórica com ações concretas, encorajando os indivíduos a questionarem e a modificarem as estruturas culturais, sociais e econômicas que geram a destruição ambiental.

[...] a Educação Ambiental deveria promover a superação dos atuais padrões de produção e consumo. Tais padrões fazem parte do atual poder hegemônico, cujos defensores e/ou praticantes possuem um entendimento a respeito da lógica de produção da existência humana na modernidade que não contempla análises críticas das relações de produção no atual grau de desenvolvimento das forças produtivas (Nogueira, 2023, p. 163).

Em vista disso, a partir dos apontamentos de Nogueira (2023), considera-se que a abordagem da educação ambiental crítica não se limita à conscientização, mas também se torna um instrumento pedagógico crítico com vistas à promoção de profundas mudanças sociais, em direção a um modelo de interação entre os indivíduos e o meio ambiente que seja sustentável e justo.

Para tanto, a partir das reflexões suscitadas por meio das análises dos artigos do Quadro 1, foi possível compreender que a educação ambiental crítica se consolida enquanto abordagem pedagógica, profundamente comprometida com a transformação social e com a emancipação dos sujeitos. Desse modo, a educação ambiental crítica busca problematizar as causas estruturais das crises socioambientais, incorporando uma visão interdisciplinar e politizada.

Essa abordagem entende que os problemas ambientais não são unicamente resultantes das questões naturais, mas, estruturam-se também devido ao modelo econômico capitalista que no presente tem regido a sociedade, constituindo relações de poder desiguais e que geram classes sociais opostas. Assim, as análises realizadas permitiram constituir reflexões no sentido de compreender que a educação ambiental crítica articula saberes, experiências e valores para a promoção da cidadania ativa e comprometida com a justiça socioambiental.

Dando continuidade ao estado da arte, é fundamental observar como a educação ambiental crítica se articula com as especificidades da educação das juventudes. Portanto, o Quadro 2 apresenta uma seleção de artigos que abordam tal relação, destacando como as práticas educativas voltadas para as juventudes podem ser fortalecidas a partir de uma abordagem crítica, reflexiva e transformadora, capaz de dialogar com as suas realidades e identidades socioculturais, e também com o seu potencial político.

Quadro. 2 – Artigos Acadêmicos (Educação Ambiental Crítica e Juventudes)

Autoria/Ano de Publicação	Título	Objetivo de Pesquisa	Revista Acadêmica	Instituição de Ensino Superior
Martins e Sánchez (2020)	Educação ambiental escolar: caminhos e cruzamentos rumo à educação ambiental crítica	Refletiu sobre avanços obtidos na busca por caminhos para o desenvolvimento da EA crítica escolar, a partir de uma experiência de EA que se embasa na agroecologia e na permacultura, o projeto	<i>Educazione Aperta: Rivista di Pedagogia Critica</i>	Não se aplica

		Escola Permacultural.		
Zakrzewski <i>et al.</i> (2021)	Fórum de meio ambiente da juventude: participação e articulação dos jovens na discussão e implementação de ações socioambientais	Relatou um processo de educação ambiental, desenvolvido por meio dos Fóruns de Meio Ambiente da Juventude do Alto Uruguai Gaúcho, refletindo sobre o seu papel de mobilização da juventude em torno da temática socioambiental.	Revista Vivências	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)
Oliveira <i>et al.</i> (2022)	“Novo normal”: uma proposta de ferramenta didática para educação ambiental	Promoveu o despertar de jovens para um novo olhar sobre a sociedade na qual se inserem e repensou seu papel nela, em especial, no contexto pós-pandêmico de crise socioambiental.	Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Pádua e Barcellos (2023)	Juventudes rurais e questões socioambientais: a educação ambiental no contexto dos movimentos sociais	Discutiu as questões socioambientais, a partir da Educação Ambiental Crítica, que estão contidas nas pautas socioambientais das juventudes rurais dos principais movimentos sociais camponeses brasileiros.	Revista Pesquisa em Educação Ambiental	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP)
Santos e Lima (2023)	Juventudes e(m) movimentos ambientalistas: militâncias e ativismos para adiar o fim do mundo	Compreendeu as diversas formas de inserções de jovens em movimentos socioambientais, articulando referenciais da educação ambiental crítica, da juventude e dos estudos culturais.	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA)	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Peperaio (2024)	Educação ambiental e protagonismo estudantil: um compromisso da comunidade escolar	Analisou e refletiu sobre as formas pelas quais a Educação Ambiental pode efetuar mudanças comportamentais, com ênfase no protagonismo juvenil.	Revista Científica FESA	Não se aplica
Rodrigues, Ramos e Chaves (2025)	Juventude e educação climática: mobilizações na escola pública a	Analisou a importância da incorporação do ODS 13 no currículo da educação básica e promoveu parcerias entre instituições de educação	Revista Sergipana de Educação Ambiental (REVISEA)	Universidade Federal de Sergipe (UFS)

	partir da Agenda 2030	para proporcionar que jovens e idosos pudessem conversar sobre os desafios relacionados ao clima e promoção de saúde e bem-estar em escala local.		
--	--------------------------	---	--	--

Fonte: Souza (2025)

O artigo de Martins e Sánchez (2020), *Educação ambiental escolar: caminhos e cruzamentos rumo a educação ambiental crítica*, refletiu sobre avanços obtidos na busca por caminhos para o desenvolvimento da EA crítica escolar, a partir de uma experiência de EA que se embasa na agroecologia e na permacultura, o projeto Escola Permacultural. O artigo foi publicado na revista *Educazione Aperta: Rivista di Pedagogia Critica*.

Martins e Sánchez (2020) abordam tanto a importância quanto os desafios acerca do trabalho com a educação ambiental crítica para a formação dos jovens. Destaca-se que é preciso desenvolver uma abordagem pedagógica que não se resume unicamente à transmissão de conteúdos, mas promova a reflexão crítica a respeito de relações de poder, da crise socioambiental, e ainda, das injustiças sociais.

A EA desenvolvida na dimensão crítica, seja no contexto formal ou não formal, estimula a reflexão sobre os elementos estruturantes da complexa crise socioambiental, bem como sobre os desafios existentes para o desenvolvimento de processos educativos emancipatórios voltados para a compreensão das relações entre ambiente, sociedade, política, economia e cultura. Dessa forma, torna-se possível, de maneira individual e principalmente coletiva, pensar em alternativas e elaborar estratégias para a transformação da realidade (Martins; Sánchez, 2020, p. 214).

Martins e Sánchez (2020) também enfatizam que a educação ambiental crítica procura problematizar o presente, incentivando os jovens a exercerem uma ação de protagonismo rumo à transformação da sociedade, e isso por meio de atividades que integrem a teoria e a prática, promovendo o exercício da consciência social e política.

O artigo de Zakrzewski *et al.* (2021), *Fórum de meio ambiente da juventude: participação e articulação dos jovens na discussão e implementação de ações socioambientais*, relatou um processo de educação ambiental, desenvolvido por meio dos Fóruns de Meio Ambiente da Juventude do Alto Uruguai Gaúcho, refletindo sobre o seu papel de mobilização da juventude em torno da temática socioambiental. Tal artigo foi publicado na Revista Vivências, revista da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Sendo assim,

Zakrzewski *et al.* (2021), tanto fundamentados quanto citando indiretamente as *United Nations* (2010), destacam em seu texto que

A partir da última década, maior atenção tem sido dada à importância e relevância da integração da juventude nos programas voltados ao desenvolvimento. Por meio da proclamação do segundo Ano Internacional da Juventude e da decisão de realizar a Conferência das Nações Unidas sobre a Juventude, os Estados-Membros demonstraram seu compromisso em fazer avançar a agenda de desenvolvimento da juventude a fim de enfrentar melhor os desafios que esta enfrenta e alcançar as metas de desenvolvimento, acordadas internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Zakrzewski *et al.*, 2021, p. 186).

Desse modo, fica perceptível que Zakrzewski *et al.* (2021), ressaltam a importância da participação dos jovens em espaços de discussões sociopolíticas e ambientais, como os Fóruns de Meio Ambiente da Juventude do Alto Uruguai Gaúcho. Também destacam que a proposta da educação ambiental crítica tem uma relevante contribuição, incentivando esse público a participar destes espaços.

Para tanto, ainda é fundamental que essa abordagem ao ser pedagogicamente aplicada consiga estimular os jovens a investigarem as causas dos problemas ambientais nos seus territórios, a desenvolverem projetos de intervenção e a refletirem de forma crítica sobre as próprias ações e também a respeito das políticas públicas nesse contexto (Zakrzewski *et al.*, 2021).

O artigo de Oliveira *et al.* (2022), “*Novo normal*”: uma proposta de ferramenta didática para educação ambiental, promoveu o despertar de jovens para um novo olhar sobre a sociedade na qual se inserem e repensou seu papel nela, em especial, no contexto pós-pandêmico de crise socioambiental. O artigo foi publicado na Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVB EA), revista da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Destaca-se que Oliveira *et al.* (2022) implementaram uma espécie de jogo intitulado de *Novo Normal*, como estratégia pedagógica de uma educação ambiental e cidadã, tendo em vista alcançar os objetivos propostos. Cabe ressaltar ainda que, a partir de tal experiência pedagógica foi possível constatar a necessidade de possíveis aprimoramentos na dinâmica do jogo, as contribuições junto às aprendizagens dos jovens, dentre elas, o estímulo à reflexão crítica, o protagonismo e a tomada de decisão. Além disso, identificou-se que a proposta em questão pode ser desenvolvida também com estudantes universitários. Conforme Oliveira *et al.* (2022, p. 292)

[...] observou-se potencial para provocar processos de socialização “analógica” cooperativa e de ensino-aprendizagem efetivo, em que os jovens sejam conduzidos a reavaliar criticamente seu dever e poder de interferência, mediante reflexões críticas e inspiradas na sociedade em que vivem.

Além disso, Oliveira *et al.* (2022) destacam que o uso de diferentes recursos pedagógicos tais como jogos, são capazes de provocar nos jovens uma compreensão ampla das questões socioambientais, incentivando-os a reavaliar as suas ações para intervirem na sociedade. E ainda, que a partir de tal abordagem de ensino, é possível promover uma educação crítica e que transforme os jovens e as suas escolhas.

O artigo de Pádua e Barcellos (2023), *Juventudes rurais e questões socioambientais: a educação ambiental no contexto dos movimentos sociais*, discutiu as questões socioambientais, a partir da Educação Ambiental Crítica, que estão contidas nas pautas socioambientais das juventudes rurais dos principais movimentos sociais camponeses brasileiros. Este artigo foi publicado na Revista Pesquisa em Educação Ambiental, revista interinstitucional, vinculada à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), à Universidade Estadual Paulista (Unesp) e à Universidade de São Paulo (USP).

Pádua e Barcellos (2023) destacam que a educação ambiental crítica é vista enquanto proposta essencial, para a compreensão e a transformação das questões pertinentes às temáticas socioambientais enfrentadas pelas juventudes rurais. Pois essa abordagem não se limita simplesmente à transmissão de conhecimentos técnicos, uma vez que se materializa em uma prática social dialógica, questionando criticamente a atual apropriação da natureza, as desigualdades e as injustiças ambientais. Portanto, Pádua e Barcellos (2023, p. 3) dizem que:

Desse modo, os conceitos da Educação Ambiental Crítica podem auxiliar-nos na compreensão do contexto dos movimentos sociais, nos quais se encontram permeadas variadas dinâmicas contraditórias, que os atores sociais vivenciam concretamente em suas realidades, como os conflitos socioambientais, as consequências dos usos e apropriações da natureza, as disputas políticas e institucionais, as mobilizações e os processos educativos.

A partir de Pádua e Barcellos (2023), considera-se que a educação ambiental crítica atua como proposta de resistência, para o despertar da consciência política dos jovens, permitindo que eles discutam e atuem frente à crise ambiental, articulando pautas socioambientais de forma emancipadora. Desse modo, a educação ambiental crítica é fundamental para a organização dos jovens juntos aos movimentos sociais, promovendo possibilidades de criação de ações para uma mudança social efetiva.

O artigo de Santos e Lima (2023), *Juventudes e(m) movimentos ambientalistas: militâncias e ativismos para adiar o fim do mundo*, compreendeu as diversas formas de inserções de jovens em movimentos socioambientais, articulando referenciais da educação ambiental crítica, da juventude e dos estudos culturais. Tal artigo foi publicado pela Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA), pertencente a Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Santos e Lima (2023), apontam a influência dos espaços educacionais no processo de formação de estudantes militantes, destacando que tanto a família quanto as escolas e as universidades desempenham um papel crucial e relevante para o êxito, ou não, dessa experiência que se refere também ao envolvimento dos jovens com os temas pertinentes à causa socioambiental. Então, de acordo com Santos e Lima (2023 p. 90):

Os espaços de educação formal, como a escola e a universidade têm, portanto, papel importante no envolvimento das juventudes com as causas ambientais. Da mesma forma, o estímulo ao contato com ambientes naturais na infância proporcionado pela família pode exercer grande influência nesse encantamento. A inserção das juventudes neste meio dificilmente se dá por uma via única, mas sim por uma pluralidade de formas de organização política, podendo se articular para a superação da crise climática, com perspectivas como veganismo, agroecologia, ecofeminismo e ecossocialismo.

Com isso, Santos e Lima (2023) evidenciam que esses ambientes podem propiciar experiências educacionais de reflexão e de crítica, que podem permitir a conscientização e o compromisso dos jovens com a transformação social e ambiental. Além disso, também ressaltam que a família se constitui em um contexto de significativas influências, capazes de gerar vínculos emocionais e sociais, contribuindo para o engajamento referente à sensibilização acerca das questões ambientais.

O artigo de Peperai (2024), *Educação ambiental e protagonismo estudantil: um compromisso da comunidade escolar*, analisou e refletiu sobre as formas pelas quais a Educação Ambiental pode efetuar mudanças comportamentais, com ênfase no Protagonismo Juvenil. O artigo foi publicado pela Revista Científica FESA.

Peperai (2024) compreende a educação enquanto um processo de humanização e de emancipação dos indivíduos, voltado para formar sujeitos autônomos, cientes de suas responsabilidades sociais, e ainda, capazes de atuarem de forma crítica diante dos inúmeros problemas sociais e ambientais do presente. Segundo Peperai (2024, p. 84):

Neste contexto, destaca-se a importância de trabalhar com o Protagonismo Juvenil, tratando o aluno não apenas como um receptor de informações, mas como um agente ativo. O Protagonismo Juvenil implica na criação de oportunidades autênticas para que os jovens exerçam sua cidadania, tornando-se transformadores de sua própria realidade, sujeitos de sua história e capacitados a intervir de forma crítica na sociedade e no ambiente em que vivem, desenvolvendo sua autonomia.

No entanto, Peperaio (2024) enfatiza que no trabalho pedagógico com os jovens é necessário criar estratégias que não os coloquem unicamente enquanto meros receptores de informações, porém, enquanto agentes ativos na transformação da sua realidade, promovendo mudanças ecológicas quanto a valores e a atitudes. Desse modo, a educação ambiental crítica poderá estimular o protagonismo juvenil, auxiliando os jovens a compreenderem as interações entre a sociedade e a natureza, para que consigam intervir criticamente nos problemas ambientais, ação que fortalece a sua autonomia e a cidadania.

O último artigo do Quadro 2, de Rodrigues, Ramos e Chaves (2025), *Juventude e educação climática: mobilizações na escola pública a partir da Agenda 2030*, analisou a importância da incorporação do ODS 13 no currículo da educação básica e promoveu parcerias entre instituições de educação para proporcionar que jovens e idosos possam conversar sobre os desafios relacionados ao clima e promoção de saúde e bem-estar em escala local. O artigo foi publicado pela Revista Sergipana de Educação Ambiental (REVISEA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Rodrigues, Ramos e Chaves (2025) analisam as práticas pedagógicas adotadas em determinada escola pública, cujo viés foi a educação ambiental crítica, tendo em vista a formação dos jovens e dos idosos frente às temáticas ambientais, dentre elas as mudanças climáticas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De acordo com Rodrigues, Ramos e Chaves (2025, p.4), vê-se que

Apesar da urgência dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela busca por saúde e bem-estar universais, muitas escolas de educação básica ainda não incorporam de maneira eficiente esses temas em suas práticas pedagógicas. A falta de integração entre educação para sociedades sustentáveis, bem-estar e ação climática gera uma lacuna no processo formativo de cidadãos preparados para lidar com as crises globais emergentes.

A partir de Rodrigues, Ramos e Chaves (2025), identifica-se a importância do desenvolvimento de ações interdisciplinares no contexto escolar, com o objetivo de chamar a atenção dos estudantes para a pauta ambiental. Contudo, ressalta-se que nem sempre tais propostas conseguem ser implementadas.

Também ficou evidente que as atividades escolares cujo foco é o meio ambiente, contribuem junto a formação dos estudantes, jovens ou idosos, para compreenderem de forma ampla, e não superficial, as questões socioambientais, incentivando-os a participarem na resolução de problemas ambientais da sua própria realidade, e fortalecendo compromissos, vínculos sociais e ambientais em diferentes fases da vida (Rodrigues; Ramos; Chaves, 2025).

A partir das análises dos artigos do Quadro 2 foi possível visualizar que a educação ambiental crítica, quando articulada com a formação das juventudes, assume um papel fundamental no estímulo à consciência política, à participação social e ao desenvolvimento da autonomia dos jovens. Desse modo, em diferentes contextos educacionais, sejam eles formais ou informais, urbanos ou rurais, observa-se que tal abordagem busca construir práticas pedagógicas dialógicas e emancipadoras, que não se limitam à transmissão de informações técnicas.

Logo, ao promover reflexões a respeito dos problemas e dos conflitos socioambientais, das desigualdades econômicas e das relações desiguais de poder, a educação ambiental crítica materializa-se como uma abordagem pedagógica capaz de despertar os jovens para analisar e se empenharem na transformação das suas realidades.

Além disso, os artigos analisados demonstraram que o fortalecimento da cidadania a partir da temática ambiental passa também pela valorização das experiências dos jovens, pelo incentivo à coletividade e pelo uso de metodologias participativas, tais como os jogos pedagógicos. Portanto, reafirma-se no presente estudo a importância de experiências educativas que superem a fragmentação dos conteúdos, condição relevante no que se refere a contribuir com a criação de um ambiente educativo que objetiva mudar a realidade, fazendo com que a mesma seja pautada nos valores da equidade e da responsabilidade ambiental.

4.2 Reflexões pedagógicas para a educação das juventudes a partir da educação ambiental crítica

Reconhecer a diversidade das juventudes é essencial para a construção de práticas pedagógicas que realmente dialoguem com as suas realidades socioculturais. Nesse sentido, é preciso enxergar os jovens a partir de suas múltiplas formas de ser e de existir, valorizando suas identidades e criando espaços educativos que promovam a sua autonomia.

Com isso Pais (1990) propõem algumas reflexões com o objetivo de compreender as juventudes enquanto uma construção social, diversa e marcada por múltiplas realidades, torna-se necessário adotar uma pedagogia que valorize as diferentes trajetórias, identidades e

vivências desse público. Dessa forma, é preciso reconhecer que não existe uma única forma de juventude, logo de ser jovem, mas sim uma pluralidade de experiências resultantes de fatores culturais, sociais, econômicos, territoriais, etc., condição que requer práticas educativas sensíveis à tais questões.

Tentar uma aproximação científico-analítica ao mundo da “juventude” exige, nesta ordem de ideias, um radical ascetismo de vigilância epistemológica que nos obriga a partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, a juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações. Dar importância a este pressuposto metodológico parece tanto mais conveniente quanto é certo que, como se tem vindo a insistir, a noção de juventude é uma das que mais se têm prestado a generalizações arbitrárias (Pais, 1990, p. 149; grifos no original).

Portanto, Pais (1990) reflete que para entender as juventudes como objeto de estudo, a partir de uma vertente científica, é preciso ter um olhar crítico e cuidadoso, evitando simplificações. Isso significa reconhecer que as juventudes não são um grupo uniforme, mas sim resultante de diferentes realidades, influenciadas pelas classes sociais, interesses de vida, origens culturais, emoções, visões políticas, etc.

Nesse sentido, a educação ambiental crítica, ao ser articulada com as especificidades da educação das juventudes, propõe uma abordagem pedagógica que vai além da transmissão de conteúdos sobre o meio ambiente. Ela busca promover uma formação integral, que estimula o pensamento crítico, o engajamento social e a compreensão das relações entre as questões ambientais e as estruturas culturais, sociais e econômicas.

Destarte, refletir pedagogicamente sobre como educar os jovens a partir dessa perspectiva significa reconhecer as suas vivências, os seus interesses e o seu potencial transformador, construindo práticas educativas que dialoguem com as realidades materiais, e que contribuam de forma ativa na formação de juventudes conscientes das diversas questões socioambientais que atravessam o mundo.

A partir disso, Brasileiro (2017) reflete a respeito da importância do diálogo entre os educandos, os educadores e as comunidades enfatizando essa estratégia enquanto um método que é capaz de contribuir junto à construção coletiva do currículo, e do processo educativo. Tal abordagem se sustenta em uma pedagogia dialógica, que valoriza as experiências dos jovens e promove a formação de sujeitos autônomos, capazes de interpretar criticamente a realidade socioambiental em que vivem.

Dessa forma, os educandos encontraram-se convidados e incentivados a se envolverem em um processo de construção e desconstrução de suas experiências no curso, possibilitando descobertas de desejos, dúvidas e possibilidades durante o seu caminhar. Houve com isso a aparente descoberta da potência do diálogo por parte dos educandos, da importância de cobrar o direito da palavra e da participação (Brasileiro, 2017, p. 24).

Nessa mesma perspectiva, Peperaio (2024) apresenta uma reflexão pedagógica a partir da educação ambiental crítica, que implica em compreender a educação como um processo de humanização inserido no contexto sociocultural, que deve estimular o protagonismo juvenil e a autonomia, permitindo que os estudantes se tornem agentes ativos na transformação de suas realidades concretas.

A primeira delas é compreender a Educação como um processo de humanização, inserido socialmente, com o objetivo de formar indivíduos cientes de sua relação com o mundo e suas responsabilidades, tanto em relação aos outros quanto ao meio ambiente. A proposta é cultivar um sujeito autônomo por meio de uma Educação emancipatória, que o torne protagonista de sua própria trajetória, capaz de contextualizar os fatos e agir como um observador crítico da realidade (Peperaio, 2024, p. 84).

A partir disso, Peperaio (2024) propõe uma educação emancipatória que contribui para o desenvolvimento da autonomia, e ainda, do protagonismo juvenil. Isso significa que a ideia não é apenas formar jovens que aprendam sobre os problemas ambientais, porém, que também sejam capazes de contextualizá-los dentro das estruturas sociais, políticas e econômicas que os geraram.

Portanto, as reflexões pedagógicas desenvolvidas até o momento possibilitam considerar que é de singular relevância, para as juventudes, as experiências educativas que apontam para uma formação humana crítica. Dessa forma, ao reconhecer os jovens enquanto indivíduos históricos, capazes de interpretar e de transformar a sua realidade, cria-se um processo educacional comprometido com a justiça social e ambiental. Tal perspectiva é potencializada tanto pelo desenvolvimento da autonomia dos jovens, quanto pela sua tomada de consciência, condição importante na transformação da realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se entender como a educação ambiental crítica poderá contribuir com o processo educativo das juventudes, estimulando reflexões que levem à análise e ao questionamento da relação complexa entre os indivíduos e o meio ambiente na atualidade. A pesquisa bibliográfica permitiu identificar que essa perspectiva é essencial para desenvolver uma postura crítica junto aos estudantes, favorecendo a compreensão das origens dos problemas socioambientais e incentivando ações voltadas para mudanças sustentáveis e transformadoras.

A educação ambiental crítica representa uma ruptura consciente em relação às práticas reducionistas e conservadoras, que historicamente limitaram a compreensão das questões ambientais a conceitos técnicos e fragmentados. Assim, ressalta-se que a abordagem em questão propicia uma visão integrada e contextualizada dos problemas socioambientais, reconhecendo a complexidade das relações sociais, econômicas e políticas que os envolvem. Ao entender o ambiente não como um espaço isolado, mas como parte de uma rede de interações humanas e naturais, ela favorece a elaboração de conhecimentos que promovem uma compreensão crítica da realidade.

Nesse sentido, Carvalho (2004) evidencia uma crítica pertinente às práticas educativas limitadas que ainda predominam em muitas escolas, marcadas por ações pontuais e simbólicas, como atividades vinculadas a datas comemorativas ou campanhas de reciclagem descontextualizadas. Essas práticas, embora bem-intencionadas, tendem a tratar a educação ambiental de forma superficial, sem explorar as raízes sociais, políticas e econômicas dos problemas ambientais.

Em contraponto, Carvalho (2004) propõe uma abordagem crítica, para compreender o ser humano em constante relação com o outro e com o ambiente, destacando a importância da responsabilidade coletiva. A educação ambiental, nesse sentido, deve ser vista como um processo contínuo e transformador, capaz de formar indivíduos críticos, engajados e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

Na perspectiva de uma educação ambiental crítica, a formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros. Na educação ambiental crítica esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente,

sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana (Carvalho, 2004, p. 20).

A proposta de Carvalho (2004) dialoga diretamente com os princípios da pedagogia freireana, ao defender uma formação que reconheça o ser humano em constante interação com o meio e com os outros sujeitos. Nesse contexto, ambas abordagens entendem a educação como um processo coletivo, dialógico e transformador, que vai além da transmissão de conteúdos e se compromete com a formação de indivíduos críticos e conscientes.

Freire (1987) reforça a importância do diálogo, da participação ativa e da problematização das estruturas sociais opressoras. Dessa forma, a educação ambiental crítica se fortalece ao integrar essas perspectivas, promovendo práticas educativas voltadas à emancipação e à justiça socioambiental.

A formação de professores e educadores emerge como elemento chave na efetivação desse paradigma. É imprescindível que esses profissionais sejam capacitados para promover práticas pedagógicas que envolvam diálogo, reflexão e ações concretas na comunidade. Essa formação visa não apenas à transmissão de conhecimentos, mas à criação de uma educação participativa e transformadora, capaz de dialogar com a realidade vivida pelos estudantes e suas comunidades.

Por fim, uma concepção de educação ambiental crítica possibilita que os sujeitos atuem de maneira emancipatória, rompendo com o modelo tecnicista que reduz a compreensão dos problemas ambientais a soluções superficiais e desconectadas de suas causas estruturais e sociais. Essa abordagem promove uma leitura mais complexa e plural do mundo, incorporando as contradições sociais, políticas e econômicas que permeiam as questões ambientais. Dessa forma, ela estimula o desenvolvimento de propostas educativas que favoreçam a justiça socioambiental, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, protagonistas de suas próprias histórias e agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA**. s. d. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/pnea#:~:text=A%20PNEA%20estabelece%20princ%C3%ADpios%2C%20diretrizes,e%20comprometida%20com%20quest%C3%B5es%20socioambientais>. Acesso em: 03 mai. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 mai. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 03 mai. 2025.
- BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm#art1. Acesso em: 03 mai. 2025.
- BRASILEIRO, Laís Alves Moreira. **Educação para transformação: uma experiência com juventudes do campo em contexto de conflito ambiental**. 2017. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/48080>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 13-24. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.
- COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. In: **Revista Katálisis**. v. 20, n. 1, p. 111-121, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100013>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802017.00100013>. Acesso em: 9 dez 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Digitalizado.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. 23. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Digitalizado.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável. In: **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 81-132. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-34. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf. Acesso em: 7 mai. 2025.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Trad. Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021. Digitalizado.

JANKE, Nadja. **Políticas públicas de educação ambiental**. 2012. 221f. Tese (Doutorado em Educação Para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2e9957c7-fc1d-434f-9cd4-43f77978127f/content>. Acesso em: 03 mai. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Gleice Prado. Educação Ambiental Crítica: da concepção à prática. In: **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 33-54, 2015. DOI: 10.47401/revisea.v2i1.4443. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/4443>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-112. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf. Acesso em: 7 mai. 2025.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tSMJ3V4NLmxYZZtmK8zpt9r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; TORRES, Maria Betânia Ribeiro; REBOUÇAS, João Paulo Pereira. A educação ambiental crítica brasileira frente às crises contemporâneas: desafios e potencialidades. In: **REVBEA**, São Paulo, v. 17, n. 5, p. 117-131, 2022. DOI:10.34024/revbea.2022.v15.1396. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13965/10036>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LOPES, Theóffillo da Silva; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Educação Ambiental crítica: (re)pensar a formação inicial de professores/as. In: **REVBEA**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 38-58, 2021. DOI:10.34024/revbea.2021.v16.11518. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11518/8522>. Acesso em: 9 dez. 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. p. 65-71. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; *et al.* Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. In: **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 81-97, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21 mai. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.11 n.1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrnHRF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MARTINS; José Pedro de Azevedo; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Formação de professores em educação ambiental crítica centrada na investigação-ação e na parceria colaborativa. In: **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 581-598, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/dnDQYDqzr4SnwnQQbCs7D5r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2024.

MARTINS, Paolo; SÁNCHEZ, Celso. Educação ambiental escolar: caminhos e cruzamentos rumo à educação ambiental crítica. In: **Educazione Aperta**: Rivista di Pedagogia Critica, n. 7, 2020. p. 201-222. Disponível em: https://www.educazioneaperta.it/media/files/EA_Numero_7_Primopiano_Martins_Sanchez.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

NOGUEIRA, Christiano. Contribuições para a educação ambiental crítica. In: **Revbea**, São Paulo, V. 18, No 3: 156-171, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/ChristianoNogueira/publication/369708778_contribuicoes_para_a_educacao_ambiental_critica/links/6428ca83a1b72772e4433515/contribuicoes-para-aeducacaoambientalcritica.pdf?origin=journaldetail&_tp=eyJwywdlijoiam91cm5hberldgfpbcj. Acesso em: 9 dez. 2024.

OLIVEIRA, Patrícia Ravallet Tavares do Amaral; *et al.* “Novo normal”: uma proposta de ferramenta didática para educação ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 17, n. 6, p. 282–295, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.v17.14322. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/14322>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PÁDUA, Jacqueline de Freitas; BARCELLOS, Sérgio Botton. Juventudes rurais e questões socioambientais: a educação ambiental no contexto dos movimentos sociais. In: **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.18, n. 1, 2023, DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2023-17726>. p. 01-12. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/17726>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. In: **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41010794?seq=1>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PEPERAIO, Edemalges Patrício Teixeira. Educação Ambiental e Protagonismo Estudantil: um compromisso da comunidade escolar. In: **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 23, p. 79-88, 2024. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.532. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/532>. Acesso em: 24 jun. 2025.

RODRIGUES, Danusa Purificação; RAMOS, Juliana Conceição; CHAVES, Joselisa Maria. Juventude e educação climática: mobilizações na escola pública a partir da Agenda 2030. In: **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 12, p. 1-17, 2025. DOI: 10.47401/revisea.v12.22549. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/22549>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Jéssica de Andrade; TOSCHI, Mirza Seabra. Vertentes da educação ambiental: da conservacionista à crítica. In: **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 241-250, 2015. DOI: 10.21664/2238-8869.2015v4i2.p241-250. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1350>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SANTOS, Matheus Sampaio Favrat; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de. Juventudes e(m) movimentos ambientalistas: militâncias e ativismos para adiar o fim do mundo. In: **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 74–95, 2023. DOI: 10.14295/remea.v40i1.14039. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/14039>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea). Digitalizado.

SCHWENGBER, Ivan Luís; DICKMANN, Ivo. Ecopedagogia e a Educação Ambiental como prática da liberdade: contribuição das fichas do Círculo de Cultura. In: DICKMANN, Ivo; LIOTTI, Luciane Cortiano (orgs). **Educação ambiental crítica: experiências e vivências**. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 199-221. (Coleção Educação Ambiental; 01).

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi; *et al.* Fórum de meio ambiente da juventude: participação e articulação dos jovens na discussão e implementação de ações socioambientais. In: **Vivências**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 183-200, 2021. DOI: 10.31512/vivencias.v17i34.574. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/574>. Acesso em: 24 jun. 2025.